

Revista

ENERGIA E CLIMA NA CPLP

NÚMERO 3 • OUT 2025

EM REVISTA

**Mobilização de
Financiamento para a
Transição Energética**

PÁG. 10

SECÇÃO ESPECIAL

**4º Seminário
de Energia e Clima
da CPLP**

PÁG. 18-23



COOPERAÇÃO EM ENERGIA E CLIMA NA CPLP

Aler

EM DESTAQUE

II CONFERÊNCIA DE ENERGIA DA CPLP

4º SEMINÁRIO

DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

FICHA TÉCNICA

REVISTA
ENERGIA E CLIMA NA CPLP

NÚMERO 3
OUTUBRO 2025

EDIÇÃO E DESIGN

ALER

FOTOGRAFIAS

ALER

ÍNDICE

- | | | | |
|----|---|----|---|
| 4 | EDITORIAL
<u>UM NOVO POSICIONAMENTO,
A MESMA MISSÃO</u> | 14 | ARTIGO
<u>CRIAR UM AMBIENTE ATRACTIVO
PARA INVESTIMENTO</u> |
| 5 | NA VOZ DE AMÉRICO RAMOS
<u>A ENERGIA É UM VECTOR DE PAZ,
DESENVOLVIMENTO E DIGNIDADE
PARA OS NOSSOS POVOS</u> | 15 | NA VOZ DE GABRIEL MAQUENGO
<u>NENHUM CIDADÃO LUSÓFONO
DEVE SER DEIXADO NA ESCURIDÃO</u> |
| 6 | NA VOZ DE ZACARIAS DA COSTA
<u>ESTE É UM MOMENTO DE GRANDE
SIGNIFICADO PARA A COOPERAÇÃO NA CPLP</u> | 16 | EM REVISTA
<u>ALER CELEBRA 10 ANOS E PREMEIA BOAS
PRÁTICAS NO SECTOR DE ENERGIA DA CPLP</u> |
| 7 | EM REVISTA
<u>SESSÃO MINISTERIAL</u> | 18 | SECÇÃO ESPECIAL
<u>4º SEMINÁRIO DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP:
ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030</u> |
| 9 | EM DESTAQUE
<u>II CONFERÊNCIA DE ENERGIA DA CPLP</u> | 19 | NA VOZ DE NELSON CARDOSO
<u>COOPERAÇÃO EM ENERGIA E CLIMA NA CPLP</u> |
| 10 | EM REVISTA
<u>MOBILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO
PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA</u> | 21 | NA VOZ DE NILDA BORGES DA MATA
<u>IMPULSIONAR A ACÇÃO CLIMÁTICA
COORDENADA NA CPLP</u> |
| 11 | EM REVISTA
<u>MESAS-REDONDAS PARA COOPERAÇÃO
DE ALTO NÍVEL</u> | 22 | ARTIGO
<u>ROTEIRO DE COOPERAÇÃO CPLP 2030:
PERSPECTIVA DA GUINÉ-BISSAU</u> |
| 12 | ARTIGO
<u>A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA PRECISA
DE UMA BASE LOCAL – E ASSOCIAÇÕES
NACIONAIS FORTES</u> | 24 | PRÓXIMO EVENTO
<u>5º SEMINÁRIO DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP</u> |
| 13 | ARTIGO
<u>O SECTOR DE ENERGIA DA GUINÉ-BISSAU
E A COOPERAÇÃO NA CPLP</u> | | |



EDITORIAL

Um novo posicionamento, a mesma missão: unir países, pessoas e soluções por transições energéticas justas, sustentáveis e inclusivas nos países de língua portuguesa

MAYRA PEREIRA
PRESIDENTE DA ALER

4

Vivemos um momento de transformação. Para além de soluções técnicas, o sector da energia e do clima exige diálogo, cooperação, visão e acção coordenada. É tempo de passar das palavras à acção – e a ALER diz “presente!”. É nesse sentido que assumimos o compromisso de alargar o nosso foco, ampliar o nosso alcance e consolidar o nosso papel enquanto plataforma de cooperação na comunidade dos países de língua portuguesa.

Nos últimos dez anos, a nossa actuação centrou-se na dinamização do sector de energia (em particular, a energia limpa e renovável) dos países africanos de língua portuguesa. Mas mais do que informar, quisemos conhecer – os contextos locais, os desafios, as oportunidades e as pessoas que movem as transições energéticas no terreno. Este trabalho de proximidade transformou conhecimento em acção e permitiu que contribuíssemos para a formulação de políticas públicas nacionais, o reforço de capacidades locais e a promoção do acesso universal à energia.

Hoje, a ALER expande-se para uma nova dimensão – a regional. Depois de uma década de construção de pontes e relações de confiança, somos o elo que impulsiona a cooperação entre os países da CPLP. Através de iniciativas como o 4º Seminário de Energia e Clima da CPLP (Março de 2025, em São Tomé e Príncipe) e a II Conferência de Energia da CPLP (Maio de 2025, em Portugal), reforçámos o espírito de união e lançámos as bases para um novo ciclo. Nestes dois encontros, reconhecemo-nos uns nos outros, enquanto países irmãos ligados por uma língua e por uma visão partilhada rumo à transição energética.

A próxima etapa desafia-nos a olhar para o cenário internacional. As transições energéticas e a acção climática não se constroem isoladamente – são necessárias alianças, vozes e presenças activas nos grandes fóruns globais.

À medida que nos aproximamos de momentos decisivos, como a COP30 no Brasil, reforçamos o nosso compromisso em apoiar os países de língua portuguesa na definição de um posicionamento estratégico e coeso, que reflita as suas especificidades e aspirações. Devemos apresentar-nos como um bloco dinâmico, alinhado e informado, com voz própria e capaz de espelhar as realidades das nossas comunidades.

A participação activa da ALER em espaços de debate como a COP29, o Berlin Energy Transition Dialogue e o Africa Climate Summit demonstra já esse caminho. Da mesma forma, o envolvimento de parceiros internacionais nos nossos eventos e a organização de encontros bilaterais dedicados – como aqueles focados na dinamização da Missão300 e preparação dos Compactos de Energia dos países de expressão portuguesa –, têm sido oportunidades valiosas para afirmar uma visão comum, unir esforços e fortalecer a nossa participação nas agendas e alianças globais de energia e clima.

Expandimos o nosso raio de acção para aproximar geografias e integrar novas temáticas – como o género, a juventude, a inovação tecnológica e o financiamento climático –, elevando o potencial da cooperação entre os países de língua portuguesa. Porque quando um país da CPLP avança, todos festejamos. Esta ideia traduz o espírito que queremos cultivar – de solidariedade, de interdependência e de progresso partilhado.

Queremos uma comunidade de países falantes de português com voz, com presença e com impacto. Uma missão que se cumpre a muitas mãos. Só através da cooperação e da acção conjunta, será possível construir uma comunidade resiliente, inovadora e com impacto real nas transformações globais que definem o nosso tempo.

Mesmo alargando horizontes, as nossas raízes mantêm-se firmes. A missão continua: unir países, pessoas e soluções por transições energéticas justas, sustentáveis e inclusivas. Aos nossos Associados, Parceiros e a todos os que nos acompanham, renovamos o convite: continuemos juntos a alavancar as transições energéticas dos nossos países.

NA VOZ DE AMÉRICO RAMOS, PRIMEIRO-MINISTRO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



“A ENERGIA É UM VECTOR DE PAZ, DESENVOLVIMENTO E DIGNIDADE PARA OS NOSSOS POVOS”

5

A realização da II Conferência de Energia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) representa uma ocasião de elevada importância política e estratégica para o futuro colectivo da nossa Comunidade. Em nome do Governo e do povo de São Tomé e Príncipe, expresse a nossa profunda satisfação e sentido de responsabilidade em promover este evento de grande significado.

Vivemos uma era marcada por transformações profundas e aceleradas. As questões energéticas, anteriormente tratadas como desafios meramente técnicos ou sectoriais, assumem hoje um papel central nas agendas políticas, económicas e ambientais dos Estados. A energia tornou-se um verdadeiro instrumento de soberania, de desenvolvimento sustentável e de afirmação internacional.

Para os países da CPLP — diversos em geografias, experiências e estágios de desenvolvimento — o sector energético apresenta simultaneamente grandes desafios e vastas oportunidades. A nossa Comunidade partilha um espaço rico em recursos naturais, dispõe de uma juventude cada vez mais qualificada e dinâmica, e demonstra uma vontade política crescente de afirmação nos fóruns regionais e multilaterais.

Neste contexto, a CPLP carrega a responsabilidade de construir uma estratégia energética concertada, assente nos princípios da solidariedade, da complementariedade e do desenvolvimento equilibrado.

Uma estratégia que deve promover:

- **A soberania energética**, reduzindo a dependência externa e valorizando os recursos endógenos;
- **Uma transição energética justa**, com foco na inclusão social, na sustentabilidade ambiental e na segurança do abastecimento, sem deixar ninguém para trás;
- **A capacitação técnica e institucional**, através da formação de quadros, da partilha de boas práticas e do apoio mútuo em matéria de regulação e planeamento;
- **A interconectividade regional**, fomentando sinergias, tecnologias e investimentos conjuntos;
- **O desenvolvimento das energias renováveis**, aproveitando o imenso potencial solar, eólico, hídrico e oceânico do nosso espaço comum;
- **A criação de centros de excelência**, incentivando a formação técnica e o intercâmbio científico;
- **A consolidação de um mercado energético lusófono**, sustentável, resiliente e inclusivo;
- **A atracção de investimento qualificado**, que respeite os interesses nacionais e contribua para o fortalecimento das nossas economias.

Durante a sua presidência *pro tempore* da CPLP, São Tomé e Príncipe reafirmou o seu compromisso com uma agenda energética ambiciosa, focada nas reais necessidades das comunidades, e alinhada com os objetivos coletivos da CPLP.

O Governo são-tomense esteve determinado a investir em energias renováveis, em soluções descentralizadas, em redes modernas e eficientes, e em parcerias estratégicas que reforcem a nossa capacidade institucional e tecnológica.

Acreditamos que sem acesso seguro, acessível e limpo à energia, nenhum país pode alcançar um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo, erradicar a pobreza ou assegurar os direitos sociais e económicos dos seus cidadãos. E em países como os nossos — muitos dos quais enfrentam vulnerabilidades estruturais devido à insularidade, à limitação de recursos ou à exposição às alterações climáticas — a cooperação energética entre Estados irmãos da CPLP não é apenas desejável, mas imperativa. Nenhum de nós avança sozinho.

A resposta aos grandes desafios do sector energético exige uma concertação ampla, multilateral e baseada na confiança mútua. A CPLP deve aspirar a mais: deve posicionar-se como um actor relevante no diálogo energético global — um espaço de inovação, concertação e articulação entre continentes. Deve ser uma referência em políticas energéticas centradas no ser humano, na equidade e na sustentabilidade.

A energia é um vector de paz, de desenvolvimento e de dignidade. Esta Conferência não deve ser apenas mais um fórum de debate, mas sim um ponto de partida para acções concretas, duradouras e parcerias frutíferas. Que este encontro marque o início de uma nova etapa na construção de um futuro energético comum, mais justo, mais verde e verdadeiramente transformador para os povos da CPLP.



Américo Ramos, Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, durante a Abertura Solene da II Conferência de Energia da CPLP.

NA VOZ DE ZACARIAS DA COSTA, SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CPLP



“ESTE É UM MOMENTO DE GRANDE SIGNIFICADO PARA A COOPERAÇÃO NA CPLP”

6

Este é um momento de grande significado para a nossa Comunidade, não apenas pela relevância estratégica do tema que nos reúne, mas sobretudo pela demonstração do nosso compromisso de colocar a energia ao serviço do desenvolvimento sustentável, da equidade e da solidariedade entre os nossos povos.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa é, antes de mais, um espaço de identidade comum forjado na língua portuguesa, mas projectado por uma ambição partilhada: a de transformar a nossa diversidade em força geopolítica, e a nossa cooperação em prosperidade concreta.

No domínio da energia, essa ambição ganha contornos particularmente estratégicos. A energia é simultaneamente um vector de soberania, um motor de crescimento económico e uma alavanca para a justiça social e ambiental.

Vivemos, hoje, num mundo de transição energética global, marcado pela urgência da descarbonização, pela pressão crescente sobre os recursos naturais, pelas necessidades de adaptação climática e pela emergência de novos paradigmas tecnológicos. Mas vivemos também num tempo de oportunidades: oportunidades de investimento sustentável, de inovação, de capacitação técnica, de integração regional e de afirmação internacional.

Neste contexto, a CPLP está singularmente posicionada. Os nossos países dispõem de vastos recursos energéticos, fósseis e renováveis, mas também de experiências e conhecimentos diversos que, quando partilhados, se tornam um capital colectivo de enorme valor. Somos produtores, consumidores, reguladores, exportadores e inovadores, e é precisamente esta complementaridade que deve guiar a construção de uma visão estratégica comum.

A I Conferência de Energia da CPLP, realizada em 2015, marcou um ponto de viragem ao colocar a energia no centro da cooperação estratégica da Comunidade. Desde então, consolidamos um quadro institucional que incluiu a criação de um Plano Estratégico de Cooperação em Energia e o lançamento de importantes iniciativas, como os Seminários de Energia e Clima, os trabalhos da Comissão Temática dos Observadores Consultivos da CPLP, e as Reuniões Ministeriais de Energia da CPLP.

Esta segunda Conferência é, por isso, mais do que uma continuação. É um marco de renovação e ambição. Durante dois dias, tivemos oportunidade de debater e projectar soluções conjuntas em torno de temas fundamentais: políticas públicas para uma transição energética resiliente, sustentável e inclusiva; mobilização de financiamento climático e investimento privado; promoção de acesso universal à energia; desenvolvimento de sistemas eléctricos modernos, integrados e inteligentes; formação de novas gerações de líderes energéticos; valorização dos recursos endógenos; integração de combustíveis alternativos; e a diplomacia energética da CPLP no cenário internacional.

A II Conferência de Energia da CPLP foi ambiciosa e abrangente. Reflectiu com clareza os objectivos delineados no documento estratégico de cooperação na CPLP 2026, e esteve perfeitamente alinhada com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS 7 – Energia Limpa e Acessível para Todos.

Sublinho, então, um princípio que deve nortear toda a nossa acção: nenhum país da CPLP deve ficar para trás nesta transição energética. A justiça climática, a inclusão social, o respeito pelas realidades nacionais e o envolvimento das comunidades locais são elementos indispensáveis para a construção de um modelo energético que seja verdadeiramente transformador.

A cooperação entre os nossos países deve reflectir esta preocupação. Devemos apostar na formação de quadros, no intercâmbio técnico e científico, na harmonização regulatória, na criação de instrumentos de financiamento inovadores e na promoção de projectos de impacto real no terreno.

Os Observadores Associados e Consultivos da nossa Comunidade são parceiros fundamentais nesta jornada, mas também a Academia, o Sector Privado e o Terceiro Sector serão parceiros cruciais da CPLP neste desafio. A sua participação activa deve ser incentivada e articulada com os esforços dos Estados-Membros. Juntos podemos reforçar a nossa presença nos fóruns internacionais, influenciar as políticas globais e assegurar que a voz da CPLP é ouvida e respeitada na governação energética global.

O futuro da energia é também o futuro das nossas economias, das nossas sociedades e do nosso planeta. E esse futuro constrói-se com liderança, com visão, e com cooperação.

Esta Conferência foi o momento para reforçarmos laços, aprofundarmos parcerias e, sobretudo, definirmos metas e compromissos que traduzam na prática a nossa vontade colectiva de transformar o potencial da CPLP numa realidade de progresso partilhado.



Zacarias da Costa, Secretário Executivo da CPLP, durante a Sessão de Boas Vindas da II Conferência de Energia da CPLP.

EM REVISTA

SESSÃO MINISTERIAL

“A CPLP deve refletir-se como um bloco estratégico em energia no cenário internacional, respeitando o ritmo de cada país, mas cooperando para alavancar o potencial colectivo”, refere o Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe



Isabel Cancela de Abreu (Directora Executiva da ALER), Nelson Cardoso (Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe), Arlindo Carlos (Secretário de Estado da Energia de Angola), Rafael Paulino (Primeiro Secretário Missão do Brasil junto à CPLP), Alexandre Dias Monteiro (Ministro da Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde), José Casimiro (Ministro da Energia da Guiné-Bissau), Títo Mba Ada (Embaixador da Guiné Equatorial junto da CPLP), Stella Zeca (Representante Permanente de Moçambique junto da CPLP), Maria da Graça Carvalho (Ministra do Ambiente e Energia de Portugal) e Francisco da Costa Monteiro (Ministro do Petróleo e Recursos Minerais de Timor-Leste), na Sessão Ministerial sobre Políticas Públicas como Incentivo à Transição Energética Resiliente, Sustentável e Inclusiva da II Conferência de Energia da CPLP.

Nelson Cardoso, Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe, iniciou a Sessão Ministerial sobre “Políticas Públicas como Incentivo à Transição Energética Resiliente, Sustentável e Inclusiva” da II Conferência de Energia da CPLP referindo que as metas de descarbonização são muito claras, e que São Tomé e Príncipe pretende alcançar mais de 50% de energias limpas até 2030. O Ministro sublinhou que **“é necessário trabalharmos em bloco, promovendo a partilha de informações e de tecnologias, para alavancar o potencial dos nossos países. As condições estão criadas, mas é preciso cooperarmos mais”**. Segundo Nelson Cardoso, é fundamental explorar os potenciais existentes e actuar de forma coordenada.

Arlindo Carlos, Secretário de Estado da Energia de Angola, salientou que “Angola está comprometida não só com a transição, mas com uma transição justa e adaptada à sua realidade”, mas realçando igualmente a **importância da CPLP como uma plataforma comum e colectiva**, sendo crucial encontrar soluções sustentáveis, inclusivas e com vantagens recíprocas para os países membros.

Por sua vez, **Rafael Paulino**, Primeiro Secretário da Missão do Brasil junto à CPLP, destacou que o país optou por alcançar independência energética após a crise do petróleo dos anos 70, e hoje colhe os frutos dessa decisão, tanto na geração de energia quanto no desenvolvimento de tecnologias. Rafael Paulino afirmou ainda que a CPLP é uma **“superpotência energética, ambiental e social”**, e que é **“importante reforçar as parcerias e a sinergia triangular para promover uma transição justa e inclusiva”**.

O Ministro da Indústria, Comércio e Energia de Cabo Verde, **Alexandre Dias Monteiro**, afirmou que toda a política energética cabo-verdiana prioriza as energias renováveis e aposta na electrificação do consumo. Cabo Verde tem a ambição de ultrapassar os 50% de energias renováveis, embora este objectivo represente um desafio devido à intermitência dessas fontes. Alexandre Monteiro enfatizou que se pretende alcançar uma transição energética justa e adaptada ao contexto de cada país, mas que os pontos de intersecção constituem uma **base de cooperação regional no âmbito da CPLP, nomeadamente através do desenvolvimento de soluções sustentáveis, bilaterais e triangulares**.

José Casimiro, Ministro da Energia da Guiné-Bissau, realçou que o acesso à energia no país é ainda de apenas 37%, concentrando-se essencialmente em Bissau. Nesse contexto, é importante priorizar políticas para a implementação de energias

renováveis, já que a transição energética representa uma grande oportunidade para impulsionar o crescimento económico do país, mas também para expandir o acesso à energia às populações do interior, através da electrificação rural e de soluções fora da rede. O Ministro sublinhou que, apesar do ritmo da transição energética não ser igual entre os países, **“a CPLP é um espaço fundamental para promover sinergias, reforçar a coordenação política e diplomática, definir planos para a transição energética e coordenar a participação conjunta em fóruns internacionais”**, reforçando a cooperação e actuação em bloco.

Títo Mba Ada, Embaixador da Guiné Equatorial junto da CPLP, afirmou que a Guiné Equatorial está a conseguir exportar energia para os países vizinhos através de uma linha de interconexão, destacando as vantagens da cooperação internacional. Referiu também que a **CPLP, como comunidade, deve olhar para a sua diversidade interna, mas unir-se para alavancar estas oportunidades a nível internacional**.

A Representante Permanente de Moçambique junto da CPLP, **Stella Zeca**, mencionou que Moçambique está a trabalhar para se posicionar como uma referência em energia no mercado regional e global. Ressaltou que as parcerias são fundamentais para o apoio técnico, científico e para a partilha de experiências, mas também para **encontrar alternativas conjuntas e criar alianças que permitam ajustar os instrumentos universais ao contexto africano e às realidades de cada país, mesmo no caminho para uma agenda comum** — o conceito de transições energéticas adaptadas.

Maria da Graça Carvalho, Ministra do Ambiente e Energia de Portugal, partilhou que foram estabelecidas metas ambiciosas: reduzir em 55% os gases com efeito de estufa, atingir 80% de produção de electricidade renovável até 2026 e alcançar 51% de energias renováveis no consumo total de energia até 2030. Ao nível da cooperação, a Ministra evidenciou medidas como o plano de conversão de dívida soberana com Cabo Verde e São Tomé e a **necessidade de aumentar a visibilidade da CPLP nos fóruns internacionais como um bloco unido**.

Por fim, **Francisco da Costa Monteiro**, Ministro do Petróleo e Recursos Minerais de Timor-Leste, lembrou que não existe uma solução “one size fits all”. “É essencial adaptar as estratégias às realidades e particularidades nacionais”, disse. O Ministro timorense destacou, ainda, que **o maior potencial de cooperação energética na CPLP está na diversidade**.



ÁLBUM

II CONFERÊNCIA DE ENERGIA DA CPLP

[Veja aqui!](#)

EM DESTAQUE

II CONFERÊNCIA DE ENERGIA DA CPLP



9

Cooperação na área de energia em debate na II Conferência de Energia da CPLP

A cooperação e a promoção de parcerias e de investimentos na transição energética no espaço da CPLP estiveram em debate na II Conferência de Energia da CPLP, que teve lugar nos dias 27 e 28 de Maio de 2025, no Centro de Congressos do Estoril, em Cascais (Portugal).

Com o mote "Impulsionando uma Transição Energética Resiliente, Sustentável e Inclusiva para a CPLP", o evento de alto nível – que juntou governantes, financiadores, empresários, reguladores e especialistas de energia dos nove países e quatro continentes da Comunidade – decorreu à margem da III Reunião de Ministros de Energia da CPLP, realizada na véspera.

Promovida pelo Governo de São Tomé e Príncipe, durante a sua presidência da CPLP, e com apoio institucional do Ministério do Ambiente e de Energia de Portugal, a Conferência pretendeu reforçar a colaboração entre países e stakeholders, assim como o papel geoestratégico da CPLP neste sector.

A conferência foi organizada pela Comissão Temática de Energia dos Observadores Consultivos da CPLP, cuja coordenação está a cargo da ALER e da Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP), e ocorreu 10 anos após a primeira, promovida então pela presidência de Timor-Leste da CPLP, também em Cascais.

RESULTADOS



**ACTUAÇÃO DA CPLP
ENQUANTO BLOCO
ESTRATÉGICO**



**REFORÇO DAS
PARCERIAS REGIONAIS
E INTERNACIONAIS**



**COMPROMISSO COM
AS TRANSIÇÕES
ENERGÉTICAS**



**ACESSO UNIVERSAL,
JUSTO E INCLUSIVO**



**MOBILIZAÇÃO DE
INVESTIMENTO**

CONFERÊNCIA EM NÚMEROS

430

PARTICIPANTES

5

MINISTROS
DA ENERGIA

70

ORADORES

15

SESSÕES

2

MESAS REDONDAS
MINISTERIAIS

9

EXPOSITORES

25

PARCEIROS E
PATROCINADORES

11

PRÉMIOS

35

ÓRGÃOS DE
COMUNICAÇÃO
SOCIAL

+100

NOTÍCIAS

[Veja aqui!](#)

EM REVISTA

MOBILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A transformação do sector energético de cada país exige uma elevada capacidade de aceder a fundos nacionais e internacionais, de gerir os compromissos de dívida nacional e de implementar instrumentos económicos inovadores. Esta mobilização de recursos requer o envolvimento dos parceiros internacionais e um alinhamento com a agenda global, naquilo que são os principais fluxos de financiamento em matéria de energia e clima. A concretização deste financiamento exige uma boa definição estratégica para o sector bem como um planeamento energético robusto, para maximizar a utilização dos recursos mobilizados.

Na sessão sobre Mobilização de Financiamento, representantes da Agência Internacional de Energia, do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento debateram os desafios de financiamento das estratégias de transição energética dos países.

Rita Madeira, Gestora de Programas para África da Agência Internacional de Energia, destacou a importância de conhecer as realidades locais para orientar políticas públicas e energéticas eficazes. Enfatizou as disparidades no continente africano, que, apesar de representar 20% da população mundial e possuir 60% dos melhores recursos solares, tem apenas 1% da capacidade solar instalada globalmente, tendo alertado para a necessidade urgente de aumentar os investimentos em energias limpas – atualmente apenas 2% do investimento global é direcionado para África. Para alcançar os objetivos, seria necessário duplicar o investimento anual atual (110 mil milhões de dólares em 2024) para cerca de 200 mil milhões. Por fim, reforçou a importância de reduzir o risco e o custo do capital, defendendo o uso de capital concessional para atrair investimento privado, especialmente em tecnologias emergentes e em jurisdições com maior risco percebido.

Juan Carlos Alvarez, Director do Banco Mundial para Angola e São Tomé e Príncipe, sublinhou que os parceiros de desenvolvimento têm papéis complementares na promoção da energia como elemento transversal fundamental para o crescimento económico dos países. Apresentou três formas de apoio do Banco Mundial, nomeadamente o financiamento público de projetos de investimento em serviços e atividades essenciais; o apoio orçamental, capacitando e formando os governos para a definição de políticas energéticas que incentivem o investimento privado; e a assistência técnica na preparação dos compactos de investimento, destacando as reformas prioritárias a serem financiadas.

Carlos Salgado, Especialista Regional de Energia do PNUD, defendeu que é essencial promover mecanismos de *blended finance* e trabalhar na mitigação dos riscos financeiros através de políticas públicas bem estruturadas, criando condições mais atrativas para o investimento. Sublinhou que o foco não deve estar apenas em escalar o volume de investimento, mas também em assegurar que esse investimento tem um impacto real e positivo no desenvolvimento. O especialista do PNUD reforçou, ainda, a necessidade de envolver os bancos públicos nacionais como parceiros-chave, ajudando-os a estruturar e canalizar investimentos, especialmente em mercados menos desenvolvidos, e promovendo uma colaboração mais estreita com o setor financeiro local.



Rita Madeira, Gestora de Programas para África da Agência Internacional de Energia



Juan Carlos Alvarez, Director do Banco Mundial para Angola e São Tomé e Príncipe



Carlos Salgado, Especialista Regional de Energia do PNUD

Assim, os especialistas destacaram como a mobilização de financiamento é crucial para uma transição energética justa e inclusiva na CPLP. É necessário escalar os investimentos e usá-los de forma estratégica para reduzir riscos, atrair capital privado e garantir impacto no desenvolvimento sustentável, promovendo o acesso universal à energia. A atuação coordenada entre governos, financiadores, e parceiros internacionais é assim essencial para acelerar o acesso sustentável e inclusivo à energia.

EM REVISTA

MESAS-REDONDAS PARA COOPERAÇÃO DE ALTO NÍVEL

MESA-REDONDA

Projecto Regional de Capacitação e Liderança

Programa Readiness do Fundo Verde para o Clima para a CPLP, para capacitação técnica no acesso a financiamento

O Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund - GCF) constitui um dos principais mecanismos de financiamento multilateral para apoiar países em desenvolvimento na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, desempenhando um papel crucial na mobilização de investimentos para o desenvolvimento sustentável, garantindo que os fundos são atribuídos a iniciativas que respondem aos desafios climáticos atuais e futuros.

Para além do financiamento de projetos e programas, o GCF disponibiliza apoio por meio do **Programa Readiness and Preparatory Support** (Readiness), que visa fortalecer as capacidades institucionais, técnicas e estratégicas dos países em desenvolvimento.

Os países lusófonos de África são dos países que menos financiamento tiveram, representando 0,7% do montante total de 15,89 mil milhões de dólares financiados pelo GCF até ao final de 2024. Estes países, membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), partilham desafios estruturais comuns no acesso ao financiamento climático, incluindo limitada capacitação técnica e institucional para preparação de projectos alinhados com os critérios e requisitos do GCF ou falta de estratégias integradas de planeamento climático com enfoque em financiamento.

A sessão pretendeu analisar a viabilidade e o interesse dos países em avançar com um projecto regional Readiness do GCF, proporcionando um espaço de diálogo entre representantes governamentais, entidades acreditadas, pontos focais nacionais e parceiros técnicos dos países africanos da CPLP, com os seguintes objectivos:

- Troca de experiências sobre o processo de acesso ao GCF, nomeadamente no contexto de programas Readiness anteriores;
- Identificação de sinergias e prioridades comuns para uma proposta conjunta ou coordenada de Readiness;
- Alinhamento técnico e político em torno de uma estratégia colaborativa para o fortalecimento das capacidades nacionais no acesso e gestão de financiamento climático;
- Definição de próximos passos para a elaboração e submissão da proposta ao Green Climate Fund.

MESA-REDONDA

Missão 300 e Pactos de Energia

Reforçar o Envolvimento dos Países de Língua Portuguesa em iniciativas internacionais

No âmbito da aceleração da transição energética para garantir o acesso universal a energia moderna, combater as alterações climáticas e impulsionar o desenvolvimento sustentável, têm sido promovidas iniciativas transformadoras que mobilizam financiamento e compromissos concretos de governos, empresas e organizações da sociedade civil.

Uma dessas iniciativas é a **Mission 300**, que visa fornecer acesso à electricidade a 300 milhões de africanos até 2030, um aumento significativo no acesso à energia no continente, no contexto de um esforço para combater a pobreza energética em África, onde milhões de pessoas ainda não têm acesso à electricidade. A iniciativa é liderada por parceiros como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e outras organizações de desenvolvimento. A Mission 300 funciona como uma plataforma de convergência e visibilidade global para estas ações, apoiada por organismos como o UN-Energy, SEforALL, IRENA, entre outros. Importa também destacar a intenção de alinhar a iniciativa da Comissão Europeia "Scaling Up Renewables in Africa" com a "Mission 300".

A Missão 300 é alimentada por uma forte vontade política de transformar o sector energético de África. Ao abrigo da Declaração Energética de Dar es Salaam, os governos africanos comprometeram-se a realizar importantes reformas no sector, que estão a ser implementadas através de Pactos Energéticos (Energy Compacts) liderados pelos países.

Os **Pactos Nacionais para a Energia** ambicionam expandir as infra-estruturas energéticas a custos competitivos; beneficiar com a integração regional da energia; adotar as energias renováveis distribuídas e as soluções de cozinha limpa como elementos essenciais da agenda de acesso; promover uma maior participação do sector privado para desbloquear recursos adicionais; e reforçar os serviços públicos.

Esta mesa redonda sensibilizou líderes políticos e decisores técnicos dos países lusófonos sobre o potencial estratégico da Mission 300 e dos Energy Compacts, identificou sinergias e oportunidades para o desenvolvimento de Energy Compacts em países lusófonos, e promoveu parcerias multisectoriais (governos, empresas, agências internacionais) para acelerar o financiamento e implementação da transição energética.



Mesas-redondas na II Conferência de Energia da CPLP.

ARTIGO



POR
MIGUEL SOTTOMAYOR
MEMBRO DA DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
MOÇAMBICANA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA PRECISA DE UMA BASE LOCAL – E ASSOCIAÇÕES NACIONAIS FORTES

12

A transição energética é um dos maiores desafios e oportunidades do nosso tempo. Porém, para que essa transformação seja verdadeira e duradoura, precisa estar ancorada na realidade de cada país, respeitando as suas especificidades e promovendo o desenvolvimento local. Neste cenário, as associações nacionais de energia emergem como agentes essenciais para garantir que a transição não seja apenas tecnológica, mas também justa, inclusiva e alinhada com as necessidades das comunidades.

Moçambique, com a sua riqueza de recursos naturais e complexidades estruturais, está em uma fase crucial dessa jornada. A Associação Moçambicana de Energias Renováveis (AMER) tem vindo a desempenhar um papel estratégico na articulação entre o sector privado, o governo, investidores e a sociedade civil, contribuindo para que a transição energética seja uma alavanca real de progresso social e económico.

A nossa recente participação na II Conferência de Energia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em Portugal, foi uma oportunidade ímpar para reforçar esta visão. No debate sobre investimento privado, enfatizámos a importância de um ambiente regulatório estável, transparente e previsível, que atraia capital e assegure benefícios concretos para as comunidades locais. Essa abordagem é particularmente relevante para Moçambique, onde pouco mais de 40% da população ainda vive sem acesso à energia.

Para além da representação institucional, o nosso trabalho tem focado a geração de conhecimento de mercado, a defesa de reformas estruturais e a promoção do diálogo público-privado – pilares essenciais para consolidar Moçambique como um líder emergente em energias renováveis no espaço lusófono.

Na conferência, também fortalecemos parcerias com associações irmãs de Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Este intercâmbio regional é vital para o desenvolvimento conjunto de soluções inovadoras, para a harmonização regulatória e para o posicionamento da CPLP como um bloco atractivo para o financiamento climático internacional.

Estas redes fortalecidas são, para Moçambique, um canal decisivo para ampliar o acesso à energia nas zonas rurais, fomentar a industrialização verde e criar empregos sustentáveis, sempre com um olhar atento ao desenvolvimento local e à inclusão social.

Estas redes fortalecidas são, para Moçambique, um canal decisivo para ampliar o acesso à energia nas zonas rurais, fomentar a industrialização verde e criar empregos sustentáveis, sempre com um olhar atento ao desenvolvimento local e à inclusão social.

A transição energética não se constrói apenas com megawatts instalados. Constrói-se com diálogo, cooperação, liderança e instituições nacionais fortes, capazes de traduzir políticas em mudanças reais para as pessoas. A AMER mantém o seu compromisso de continuar a ser essa voz activa, empenhada em transformar a transição energética numa oportunidade para todos os moçambicanos.

Este artigo é um convite a toda a comunidade lusófona para reconhecer e apoiar o papel estratégico das associações nacionais de energia – pilares fundamentais para um futuro energético mais justo, sustentável e inclusivo.



Reunião das Associações Nacionais de Energia, durante a II Conferência de Energia da CPLP, com representantes da AENER (São Tomé e Príncipe), AMER (Moçambique), ACER (Cabo Verde) e ALER.



ARTIGO

O SECTOR DE ENERGIA DA GUINÉ-BISSAU E A COOPERAÇÃO NA CPLP

POR

MOHAMADU SAIDO BALDE

DIRECTOR DO GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA DIRECÇÃO DE ENERGIA DA GUINÉ-BISSAU

13

1. CONTEXTO

O setor energético da Guiné-Bissau caracteriza-se por um baixo acesso à eletricidade, dependência da biomassa tradicional e uma infraestrutura energética fragmentada e subdesenvolvida. Em 2024, apenas cerca de 35,8% da população tem acesso à eletricidade, com o acesso na capital Bissau a aproximar-se dos 90,2%, enquanto as zonas rurais continuam a ser muito mal servidas. A rede elétrica do país é marcada por altas perdas – perdas de distribuição, estimadas em cerca de 47% – Essas perdas decorrem tanto de fatores técnicos (infraestrutura envelhecida, projeto de rede inadequado) quanto não técnicos (conexões ilegais, medição deficiente e ineficiências de faturamento).

Bissau, a capital, é abastecida principalmente através da linha de transmissão OMSG (Organização para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Gâmbia), com 24 MW disponíveis a partir da Barragem de Kaleta, na Guiné, deixando o capital dependente da importação de energia elétrica. Nas zonas rurais, a capacidade instalada ronda os 16 MW (com apenas 8 MW ativos) e as mini-redes contribuem apenas com cerca de 3% para o acesso à eletricidade. A maioria dos agregados familiares (mais de 80%) depende da biomassa (principalmente madeira e carvão) para cozinhar e aquecer.

2. VISÃO

O Governo da Guiné-Bissau tem articulado uma visão transformadora para o seu setor energético, com o objetivo de alcançar o acesso universal, fiável e sustentável à energia como motor do desenvolvimento social e económico.

Os principais objetivos para 2030 incluem:

- Aumentar o acesso nacional à eletricidade para 80%, com foco em soluções de rede e fora da rede.
- Atingir 50% de penetração de energias renováveis na rede nacional (e 80% em sistemas isolados).
- Garantir que 75% da população tenha acesso a soluções de cozinha limpa.
- Melhorar a eficiência energética e reduzir as perdas técnicas e comerciais.
- Modernização da infraestrutura de rede, incluindo digitalização e estabelecimento de um centro nacional de controle e despacho.
- Criação de um ambiente propício através de quadros regulamentares sólidos, governação transparente e mecanismos de financiamento sustentáveis para projetos energéticos.
- Desenvolver competências técnicas e capital humano para apoiar a modernização e expansão do setor.

3. COOPERAÇÃO EM ENERGIA E CLIMA NA CPLP: OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS FUTURAS

O governo está investindo em infraestrutura de transporte e distribuição, incluindo linhas de média tensão (MT) e baixa tensão (BT) (30/10/0,4 kV), visando a conexão de mais de 22% da população por meio de projetos como 14 localidades e 45% por meio do projeto regional de acesso a eletricidade (PRAE). Adicionalmente, a nível de produção, destaca-se projetos solar de 30 MW financiado pelo Banco Mundial e o projeto de elaboração da política nacional de energia em colaboração com a ALER, CEDEAO/ROGEAP que visa dotar o setor com uma visão clara e promissora para desenvolvimento do setor e de promoção de investimento público-privado.

No contexto dos países da CPLP, onde ainda persistem grandes desigualdades no acesso à energia, particularmente nas áreas rurais e insulares, a promoção de soluções de energias sustentáveis deve constituir uma prioridade para o desenvolvimento sustentável, resiliente e inclusivo. A presidência da Guiné-Bissau representa uma oportunidade que integra o tema da energia nos esforços multilaterais da CPLP, articulando-o com os desafios da produção agrícola, conservação de alimentos, abastecimento de água e adaptação às mudanças climáticas. Nesse sentido, reforço de parcerias estratégicas com ações que promovam a inovação tecnológica, a cooperação técnica de transferência de conhecimento e da tecnologia, o financiamento de soluções energéticas adequadas às realidades locais serve-se como alicerce para uma cooperação sustentável.

Portanto, aprofundar a cooperação ao nível da CPLP surge no momento oportuno para criar uma plataforma estratégica que vai superar limites nacionais e potenciar sinergias. A cooperação entre Estados-Membros pode viabilizar o acesso a know-how, recursos financeiros e experiências partilhadas, acelerando a implementação de soluções inovadoras e do desenvolvimento de programas de intercâmbio técnico entre países da CPLP.



ARTIGO

CRIAR UM AMBIENTE ATRACTIVO PARA O INVESTIMENTO

POR
CECÍLIO SACRAMENTO
ADMINISTRADOR TÉCNICO DA AUTORIDADE GERAL DE REGULAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



14

A relação entre a entidade reguladora e o governo é fundamental para garantir a estabilidade e a eficácia das políticas públicas, especialmente no que diz respeito à regulação de setores estratégicos, como a energia. Essa relação pode ser entendida a partir de vários aspectos, incluindo autonomia, funções, responsabilidades e a interação entre ambas as partes.

1. VISÃO GERAL DO AMBIENTE REGULATÓRIO

A entidade reguladora é um órgão criado pelo governo para supervisionar, normatizar e fiscalizar determinados setores económicos ou de serviços essenciais. O seu papel principal é garantir um ambiente de negócios equilibrado, transparente e previsível, assegurando que tanto os investidores quanto os consumidores sejam protegidos.

Nesse sentido, a AGER tem como principais objetivos:

- **Elaboração de Regulamentos e Normas** → Desenvolve regras que organizam o funcionamento do setor, assegurando que as empresas sigam boas práticas.
- **Supervisão e Fiscalização** → Acompanha a aplicação das regras e pode impor sanções a empresas que descumpram as normas.
- **Promoção da Concorrência Leal** → Evita monopólios e práticas abusivas que possam prejudicar os consumidores e o mercado.
- **Proteção dos Consumidores** → Define diretrizes para qualidade de serviços, tarifas justas e direitos dos usuários.
- **Fomento ao Investimento** → Cria um ambiente regulatório que incentiva a atração de capital privado, oferecendo segurança jurídica.

2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Para criar um ambiente atrativo para investimento é fundamental que o quadro regulatório estabeleça certos princípios, tais como:

- **Estabilidade e segurança jurídica** – que consistem num marco regulatório claro e previsível, permitindo a redução de incertezas e a salvaguarda dos interesses dos investidores, não esquecendo a proteção dos usuários dos serviços.
- **Garantia de cumprimento e fiscalização dos dispositivos legais** – utilização de mecanismos de fiscalização para garantir que as leis e regulamentos sejam cumpridos.

3. INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS ESPECÍFICOS

Os instrumentos regulatórios específicos são ferramentas essenciais para garantir a implementação eficaz das políticas públicas em setores regulados. Eles servem para estruturar e disciplinar o mercado, assegurar a qualidade dos serviços prestados, proteger consumidores e incentivar investimentos. Atualmente está em curso na AGER o desenvolvimento e a revisão de leis específicas para energias, tais como:

- **Decreto lei n.º 26/2014** – regime jurídico que aprova a organização e funcionamento do setor elétrico. O decreto lei destaca que a atividade de produção de energia é liberalizada permitindo a livre iniciativa de particulares no investimento com fins de produção de energia, mediante uma licença e um contrato de compra e venda de energia.
- **Regulamento de Produtor Independente** – uma vez que esta atividade de produção de energia é liberalizada, este regulamento vem salvaguardar os interesses dos investidores, não esquecendo a visão geral do país sobre a descarbonização e dando uma maior atenção à produção a partir de fontes renováveis.
- **Regulamento de Autoprodução** – na intenção de diminuir os custos com a produção de energia elétrica, este regulamento trás segurança jurídica para aqueles que apostam em microprodução, sendo possível a compensação pelo excedente injetado.
- **Regulamento de Acesso e Ligação à Rede** – estabelece uma série de normas que asseguram a transparência e a igualdade de acesso à rede, e a proteção dos produtores e consumidores no processo de conexão rede.
- **Regulamento das Relações Comerciais** – traz uma melhor definição, esclarecimento, estrutura e garantia jurídica na relação produtor – concessionária.

Entre outros, tais como: Regulamento de Qualidade de Serviço e o Regulamento de Homologação de Materiais e Equipamentos para Rede Elétrica Nacional.



NA VOZ DE GABRIEL MAQUENGO, DIRECTOR NACIONAL DE ENERGIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



“NENHUM CIDADÃO LUSÓFONO DEVE SER DEIXADO NA ESCURIDÃO”

15

Foi com um profundo sentimento de gratidão e compromisso renovado que se realizou a II Conferência de Energia da CPLP. Ao longo de dois dias, foram partilhadas visões, experiências e soluções para um dos maiores desafios do nosso tempo: garantir energia acessível, segura, sustentável e moderna para todos os cidadãos da CPLP.

A energia não é apenas um vector económico. É um direito humano. É a centelha que acende oportunidades nas escolas, nas unidades de saúde, nas pequenas empresas, nos campos agrícolas, nas casas de cada cidadão. Sem energia, não há desenvolvimento inclusivo. Sem energia, não há justiça social.

Na Conferência, reafirmámos o nosso compromisso colectivo com a transição energética justa e o desenvolvimento sustentável. E, nesse espírito, destaco alguns marcos fundamentais que emergem:

1. COMPROMISSO COM A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Reforço da importância de uma transição energética resiliente, sustentável e inclusiva para os países da CPLP, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes e investimentos em energias renováveis.

2. COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES MEMBROS

Incentivo à colaboração entre os países da CPLP para partilha de experiências, tecnologias e boas práticas no setor energético, promovendo o desenvolvimento conjunto e a integração regional. Junto podemos!

3. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS

Encorajamento à utilização dos recursos naturais disponíveis em cada país membro para diversificar a matriz energética e garantir o acesso universal à energia.

4. APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Reconhecimento do papel fundamental da energia no desenvolvimento económico e social, com ênfase na criação de empregos e na melhoria da qualidade de vida das populações.

Terminamos esta conferência com mais do que diagnósticos. Saímos com soluções, compromissos e, acima de tudo, vontade política.

Em nome do Governo de São Tomé e Príncipe e em meu próprio nome, quero agradecer a todos os delegados, Comissão organizadora, especialistas, parceiros e representantes da juventude energética, empresas públicas/privadas e outros demais da CPLP que estiveram presentes.

A energia do vosso conhecimento e entusiasmo será o combustível que impulsionará os nossos próximos passos. Portanto, convido todos a manterem acesa esta chama. A conferência termina, mas o trabalho continua, o compromisso continua.

Que possamos levar daqui um apelo: **nenhum cidadão lusófono deve ser deixado na escuridão.**



Gabriel Maquengo, Director Nacional de Energia de Cabo Verde, durante a Sessão de Encerramento da II Conferência de Energia da CPLP.

EM REVISTA

ALER CELEBRA 10 ANOS E PREMEIA BOAS PRÁTICAS NO SECTOR DE ENERGIA DA CPLP

A II Conferência de Energia da CPLP, realizada entre os dias 27 e 28 de Maio, no Estoril, foi palco de uma celebração especial: o **10º aniversário da ALER**. No final do primeiro dia do evento, cerca de 100 participantes — entre governantes, reguladores, empresas, financiadores e especialistas do sector —, foram convidados para uma cerimónia exclusiva que revelou o novo posicionamento e identidade visual da Associação e premiou boas práticas de entidades e personalidades da comunidade dos países de língua portuguesa.

10 ANOS ALER: UNIR PELA ENERGIA

A ALER soma dez anos de projectos, parcerias e resultados que consolidam o seu papel como plataforma de cooperação para a energia nos países da CPLP. Ao longo desta década, a ALER conheceu de perto as realidades dos diferentes países de língua portuguesa; identificou desafios e oportunidades; construiu relações de confiança e parcerias sólidas entre governos, empresas, instituições e sociedade civil.

Com uma actuação centrada na cooperação, a ALER tem contribuído para a formulação de políticas públicas, o fortalecimento de capacidades institucionais e a criação de ambientes favoráveis ao investimento, promovendo o acesso a energia limpa e uma economia mais verde e inclusiva.

Dez anos depois, a Associação reafirma o compromisso que lhe dá origem: **unimos pela energia**. Um propósito que hoje ganha ainda mais significado, num momento em que a cooperação entre os países de língua portuguesa se revela essencial para enfrentar os desafios globais da transição energética e das alterações climáticas.

UMA NOVA IMAGEM PARA UMA NOVA DÉCADA



A celebração do 10º aniversário da ALER marcou não apenas uma década de conquistas, mas também o início de um novo ciclo. O momento foi assinalado com o lançamento da nova identidade visual da Associação, concebida para traduzir o espírito de renovação, colaboração e ambição que orienta esta nova etapa.

Mais do que uma mudança estética, a nova imagem reflecte o **novo posicionamento estratégico da ALER**, que se assume agora como plataforma de cooperação para a energia e clima na comunidade dos países de língua portuguesa.

O design renovado — moderno, leve e simbólico — evoca a ideia de bloco, de movimento e de coesão entre os países e culturas que compõem a comunidade. Representa a evolução natural de uma Associação sem perder a sua essência: **unir países, pessoas e soluções por transições energéticas justas, sustentáveis e inclusivas nos países de língua portuguesa**.



Apresentação da nova marca ALER durante a II Conferência de Energia da CPLP.

PRÉMIOS ALER: RECONHECER QUEM FAZ A DIFERENÇA

A cerimónia foi ainda palco da atribuição de prémios a entidades públicas, privadas e individualidades na área da energia, distinguindo projectos, acções e iniciativas em linha com o tema da II Conferência de Energia da CPLP.

Listagem de distinções e premiados:

- **Prémio Acesso à Energia:** Ministério do Petróleo e Recursos Minerais de Timor-Leste
- **Prémio Descarbonização:** PRODEL-EP
- **Prémio Cooperação na Energia:** Ministério da Electricidade e das Energias Renováveis da Guiné Equatorial
- **Prémio Electrificação Rural:** Grupo MCA
- **Prémio Transição Energética:** Águas de Ponta Preta
- **Prémio Parceiro Estratégico:** ANEEL (na presidência da RELOP)
- **Prémio Jovens Lideranças:** Ministério de Energia da Guiné-Bissau
- **Prémio Mérito e Carreira:** Miquelina Menezes (primeira Presidente da ALER)
- **Prémio Personalidade de Energia na CPLP:** Carlos Vila Nova (Presidente de São Tomé e Príncipe)
- **Prémio Mulher na Energia:** Isabel Cancela de Abreu (Directora Executiva da ALER)



Prémio Acesso à Energia na CPLP atribuído ao Ministério do Petróleo e Recursos Minerais de Timor-Leste e entregue por Mayra Pereira (Presidente da ALER) a Gualdino da Silva (Presidente da ANP – Autoridade Nacional do Petróleo de Timor-Leste).



Prémio Personalidade de Energia na CPLP atribuído a Carlos Vila Nova (Presidente de São Tomé e Príncipe) e entregue por Maria da Graça Carvalho (Ministra do Ambiente e Energia de Portugal) a Nelson Cardoso (Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe).

CONHEÇA OS PATROCINADORES E PARCEIROS DA II CONFERÊNCIA DE ENERGIA DA CPLP

PROMOÇÃO



ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS INSTITUCIONAIS



PARCEIROS



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCINADORES OURO



PATROCINADORES PRATA



PARCEIROS DE DIVULGAÇÃO





4° SEMINÁRIO DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

26 Março

São Tomé e Príncipe

ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030

SECÇÃO ESPECIAL



COOPERAÇÃO EM ENERGIA E CLIMA NA CPLP

19

A realidade do sector energético é diversa entre os vários países da CPLP, que engloba nove países, de quatro continentes – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste. Embora alguns ainda tenham as suas economias assentes nas receitas provenientes da exploração de recursos fósseis, o certo é que todos apresentam um enorme potencial de energias renováveis e têm vindo a desenvolver esforços para as aproveitar, sendo que alguns países da CPLP já se tornaram referências a nível mundial em matéria de energias renováveis. A multiplicidade de contextos e desafios resulta em diferentes soluções e abordagens, mas com elementos comuns, que podem e devem ser destacados e partilhados, como boas práticas, fomentando a cooperação e articulação na CPLP para cumprir este enorme desafio comum.

À margem do Seminário de Energia e Clima da CPLP em São Tomé e Príncipe, o **Workshop Técnico de Cooperação em Energia e Clima da CPLP** foi o primeiro momento em que representantes dos ministérios de energia, ambiente e finanças da CPLP reuniram para discutir e definir, de forma prática, colaborativa e construtiva, as prioridades de cada Estado-Membro em energia e clima, bem como as prioridades colectivas da CPLP como bloco de cooperação nestas áreas.

No sentido de passar das palavras à acção e materializar o compromisso e dedicação dos Estados-Membros, o Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima na CPLP surge deste Workshop e do 4º Seminário de Energia e Clima da CPLP como um instrumento propulsor da identificação e fortalecimento das linhas de cooperação estratégicas da CPLP, na definição de prioridades em energia e clima, e na concertação para uma estratégia de actuação em bloco.

O Roteiro de Cooperação em Energia e Clima na CPLP, longe de representar apenas uma agenda comum dos países membros, constitui uma visão colectiva de transformação, progresso e desenvolvimento. Entre vários pilares de acção climática e transição energética justa relevantes identificados colectivamente, os intercâmbios na origem deste Roteiro permitiram afunilar as prioridades, pelo que o documento destaca 4 eixos prioritários no horizonte temporal até 2030, específicos e necessários para o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia coordenada e em bloco nas áreas de energia e clima na CPLP.

1. PLANEAMENTO ENERGÉTICO

Este eixo centra-se no intercâmbio de conhecimento, experiências e tecnologias entre países e instituições, com o objetivo de reforçar capacidades institucionais e técnicas através da utilização de ferramentas avançadas de planeamento energético. Estas ferramentas permitem uma melhor avaliação dos recursos disponíveis, a definição de metas realistas de transição energética e a formulação de políticas mais eficazes.

2. PROMOÇÃO DE CAPACITAÇÃO E LIDERANÇA

Esta vertente aposta na formação contínua de quadros técnicos e decisores políticos, mas também na sistematização e partilha de boas práticas entre os países de expressão

portuguesa, fomentando redes de cooperação e desenvolvimento de conhecimento coletivo. Adicionalmente, esta vertente considera o conhecimento local e multisectorial, envolvendo o sector privado e as comunidades locais como elementos-chave para uma liderança que não deixe ninguém para trás.

3. MOBILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Este pilar tem como foco a facilitação de parcerias público-privadas, incentivando a conceção, estruturação e partilha de mecanismos de financiamento inovadores que respondam às necessidades específicas dos países de língua portuguesa. Entre esses mecanismos, destacam-se os Fundos Climáticos e Ambientais. Um exemplo deste mecanismo é o Acordo de Conversão de Dívida Bilateral Soberana entre Portugal e países como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, que permite redirecionar recursos financeiros para iniciativas com impacto na resiliência climática e transição energética.

4. ACELERAÇÃO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O quarto eixo definido no Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima na CPLP centra-se na descarbonização das economias e na aceleração da transição energética, assumindo um papel estratégico na concretização dos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Este eixo abrange tópicos relacionados com a promoção de fontes de energia limpas, acessíveis e renováveis, com especial ênfase na transformação dos sistemas energéticos dos Estados-Membros da CPLP rumo a modelos mais sustentáveis, resilientes e inclusivos. Dois tópicos prioritários orientam a cooperação regional nesta área: a promoção da cozinha limpa e o avanço da industrialização verde.

As recomendações e as áreas de intervenção prioritárias resultam de um processo de consulta multisectorial e multi-actores alargada, que tem vindo a envolver especialistas de todos os Estados-Membros da CPLP e parceiros institucionais em diferentes fases.

Os Estados-Membros concordaram na necessidade de uma abordagem colectiva e estratégica, para que a CPLP avance de forma coordenada e ambiciosa no desenvolvimento de políticas e acções que impulsionem a transição energética e a segurança climática, destacando o planeamento energético, a capacitação e liderança, a mobilização de financiamento e aceleração da transição energética como os pilares que orientam a acção.

O compromisso do Roteiro de Cooperação em Energia e Clima na CPLP foi também afirmado pelos representantes das áreas de Energia, Ambiente e Finanças dos Estados-Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa presentes no 4º Seminário de Energia e Clima da CPLP, a 26 de março de 2025, em São Tomé, através da **Carta de São Tomé**, assim como destacado na **Declaração Final** "Impulsionar uma transição energética resiliente, sustentável e inclusiva para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" da III Reunião de Ministros de Energia da CPLP.



ÁLBUM

4º SEMINÁRIO DE ENERGIA E CLIMA DA CPLP

[Veja aqui!](#)

NA VOZ DE NILDA BORGES DA MATA, MINISTRA DO AMBIENTE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



IMPULSIONAR A ACÇÃO CLIMÁTICA COORDENADA NA CPLP

21

O mundo e os nossos países enfrentam desafios complexos na construção de um futuro mais sustentável e resiliente.

Todos estamos conscientes de que o combate às alterações climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono são hoje imperativos globais e, para os nossos Estados, trata-se de uma oportunidade única de impulsionar o modelo de desenvolvimento mais limpo e inclusivo.

O nosso futuro passa por uma profunda descarbonização da economia e pela aposta clara nas energias renováveis e limpas como único caminho para mitigar os efeitos das alterações climáticas e garantir o bem-estar das gerações futuras.

Em São Tomé e Príncipe, o inventário de gases de efeito estufa do primeiro relatório de actualização bienal indica que o sector de energia lidera as emissões desses gases. Olhamos para a transição energética como um pilar central da nossa estratégia de desenvolvimento sustentável e, consequentemente, uma alavanca para o crescimento da nossa economia verde e azul.

Neste sentido, aproveitar os nossos recursos e transformar desafios em soluções é, também, a nossa visão.

O uso de biocombustíveis pode criar novas oportunidades económicas e apoiar sectores vitais para a economia, como a agricultura. Este potencial pode ser convertido em electricidade e calor, criando um ciclo virtuoso na economia circular e benefícios de protecção ambiental.

Não podemos falar da transição energética sem olhar para as nossas casas e para o impacto da energia no quotidiano das nossas famílias. Por isso apostamos igualmente na promoção de fornos e fogões que impulsionem mecanismos e estratégias e cozinha limpa, que reduzam a emissão de CO₂ e contribuam para a melhoria da saúde pública, em especial das mulheres e

crianças, tradicionalmente, mais expostas a poluição doméstica.

São Tomé e Príncipe é um país insular, rodeado por uma vasta zona económica marítima, que representa simultaneamente um desafio, mas um enorme potencial energético. É tempo de olharmos para o mar como uma ponte de soluções sustentáveis.

A produção de biocombustíveis a partir de algas é uma realidade em algumas latitudes e pode aqui também tornar-se uma alternativa real, criando valor para as nossas economias, reduzindo a pegada carbónica e promovendo a inovação e o emprego verde nas nossas ilhas.

Assim, este caminho que traçamos está plenamente alinhado com o Roteiro de Cooperação 2030 da CPLP, com as nossas contribuições nacionalmente determinadas no âmbito do Acordo de Paris e com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

No entanto, precisamos de alianças sólidas dentro da CPLP. Precisamos de partilha de conhecimento e de mobilização de recursos para acelerarmos esta transição e garantir que ninguém fica para trás.

Expresso o meu agradecimento ao contributo da ALER e do seu trabalho incansável na promoção das energias renováveis, e à RELOP pelo fortalecimento da regulação do sector, assim como a todos os parceiros nacionais e internacionais que caminham connosco nesta jornada.

Reafirmo, assim, o compromisso de São Tomé e Príncipe com uma transição energética e que valorize as nossas riquezas naturais e humanas, que impulsiona a nossa economia azul e que construa um futuro de prosperidade partilhada para os nossos povos.



4º Seminário de Energia e Clima da CPLP, em São Tomé e Príncipe.

ARTIGO

ROTEIRO DE COOPERAÇÃO CPLP 2030: PERSPECTIVA DA GUINÉ-BISSAU

POR

WILLIAM FERREIRA DE PINAS ARAÚJO

DIREÇÃO DE SERVIÇO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOMÉSTICA DA GUINÉ-BISSAU



22

1. CONTEXTO

A Guiné-Bissau, como Estado-membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, reconhece a importância estratégica de alinhar a sua política energética com os objectivos globais de desenvolvimento sustentável e acção climática. Num contexto marcado por fragilidades estruturais e vulnerabilidades climáticas, o país vê o Roteiro de Cooperação 2030 em Energia e Clima da CPLP como uma ferramenta colectiva essencial para impulsionar uma transição energética justa, sustentável e inclusiva.

2. BOAS PRÁTICAS E INICIATIVAS EM CURSO

Apesar dos desafios, a Guiné-Bissau tem empreendido várias acções e adoptado boas práticas que contribuem positivamente para a transição energética:

- **Promoção de energias renováveis descentralizadas:** A implementação de mini-centrais solares fotovoltaicas em zonas rurais está a melhorar o acesso à energia em comunidades historicamente excluídas da rede nacional.
- **Parcerias público-privadas:** O país tem promovido parcerias com empresas e instituições internacionais para investimentos em energias limpas, nomeadamente através do projecto SESAP (Sistema Energético Sustentável para a População).
- **Capacitação institucional:** Iniciativas de formação técnica e fortalecimento das instituições do sector energético estão em curso, com apoio de parceiros como o Banco Mundial e a CEDEAO.

3. OBSTÁCULOS PERSISTENTES

Ainda assim, a transição energética na Guiné-Bissau enfrenta diversos obstáculos estruturais e operacionais:

- Infraestruturas frágeis e obsoletas, dificultando a integração de fontes renováveis e a expansão da rede eléctrica.
- Financiamento limitado e elevada dependência de doadores externos para projectos de electrificação.
- Baixa capacidade técnica nacional, o que limita a manutenção e a gestão sustentável das infraestruturas existentes.
- Uso intensivo de biomassa tradicional (lenha e carvão vegetal), que representa riscos para a saúde, o ambiente e a igualdade de género.

4. OPORTUNIDADES GUINEENSES

A Guiné-Bissau dispõe de um conjunto de oportunidades que, se bem aproveitadas, podem acelerar a transição energética:

- Potencial solar e hídrico abundante, com níveis de radiação solar superiores a 5 kWh/m² por dia na maioria do território.
- Demanda crescente por soluções modernas de energia, especialmente em áreas urbanas e periurbanas.
- Engajamento da juventude e da sociedade civil, com maior consciência ambiental e abertura a tecnologias limpas.
- Iniciativas regionais e multilaterais, como o Green Compact da CEDEAO e o Pacto Nacional pela Energia, que oferecem quadros de apoio e cooperação técnica.

5. PERSPECTIVA SOBRE O ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030 EM ENERGIA E CLIMA DA CPLP

A Guiné-Bissau vê o Roteiro de Cooperação 2030 da CPLP como um instrumento estratégico de enorme valor, por várias razões:

1. **Integração de esforços comuns:** Permite alinhar políticas e projectos nacionais com metas regionais e globais.
2. **Facilitação de troca de experiências:** Estimula o intercâmbio de boas práticas, conhecimento técnico e tecnologias entre os Estados-Membros.
3. **Mobilização de recursos e cooperação Sul-Sul:** Oferece uma plataforma para atrair financiamento climático e apoio técnico baseado na solidariedade entre países lusófonos.
4. **Reforço da diplomacia energética:** Fortalece a posição da CPLP como bloco activo no cenário internacional em matéria de energia e clima.

6. CONCLUSÃO

A Guiné-Bissau está firmemente comprometida com uma transição energética inclusiva e resiliente, e entende que o sucesso dependerá da cooperação regional, financiamento sustentável e desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais. O Roteiro CPLP 2030 representa não apenas um plano de acção, mas uma esperança colectiva de transformação para um futuro energético mais limpo, seguro e justo para todos os povos lusófonos.

BILHETES DE IDENTIDADE

CONHEÇA OS PATROCINADORES DO 4º SEMINÁRIO



OURO

QUEM?

A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) é um órgão da administração indirecta do Estado da República de Angola.

QUANDO?

Foi legalmente constituída a 6 de Fevereiro de 2019, através da aprovação do seu Estatuto Orgânico, Decreto Presidencial n.º 49/19, de 6 de Fevereiro.

O QUÊ?

A ANPG tem por objecto a regulação da actividade de exploração do petróleo, gás e biocombustíveis. Está envolvida em projectos de exploração e produção de petróleo e gás, bem como iniciativas de desenvolvimento de biocombustíveis que visam promover a sustentabilidade energética em Angola e a cooperação com os países membros da CPLP.

COMO?

É a Concessionária Nacional que tem por finalidade regular, fiscalizar e promover a execução das actividades petrolíferas, nomeadamente as operações e a contratação, no domínio dos petróleos, gás e biocombustíveis.

ONDE?

O local de actuação é a República de Angola.

PORQUÊ?

A motivação da ANPG em relação ao mercado da CPLP é impulsionada pela ambição de fortalecer a cooperação energética entre os países lusófonos, aumentar a produção e eficiência no sector de petróleo e gás, promover o desenvolvimento sustentável através de biocombustíveis, bem como, contribuir para a segurança energética e o crescimento económico dos países da CPLP.



OURO

QUEM?

A Facilidade Africana de Apoio Jurídico (ALSF) é uma organização internacional com sede em Abidjan, na Costa do Marfim, sob os auspícios do Banco Africano de Desenvolvimento, dotada de personalidade jurídica própria e distinta. A ALSF tem 61 membros, dos quais 53 países (48 africanos e 5 não regionais) e 8 organizações internacionais.

QUANDO?

Estabelecida por meio de um tratado em 2008 e operacional desde 2010, a ALSF aprovou mais de 450 projetos até à data, num total acumulado de 157,7 milhões de dólares, em várias regiões do continente africano. A ALSF mobiliza fundos de vários doadores (organizações multilaterais e países não regionais), colaborando com parceiros de desenvolvimento para apoiar as suas operações.

O QUÊ?

O objetivo da ALSF é reforçar a capacidade jurídica para o desenvolvimento sustentável de África, através de serviços de consultoria e da capacitação dos países africanos em 5 setores-chave – gestão da dívida soberana, recursos naturais e extrativos, energia e PPP na área das infraestruturas. Desenvolve igualmente produtos de conhecimento para reforçar a capacidade jurídica dos países.

COMO?

Os serviços de consultoria da ALSF têm como objetivo promover transações justas, equitativas, financiáveis, equilibradas e sustentáveis que proporcionem valor aos países africanos, protegendo simultaneamente os seus direitos soberanos. A abordagem da ALSF no desenvolvimento de capacidades é projetada de modo a reforçar os quadros jurídicos, proporcionar conhecimentos especializados e garantir resultados mensuráveis, impulsionando o desenvolvimento sustentável em todo o continente africano.

ONDE?

A ALSF tem atualmente 124 projetos em execução em África, nomeadamente em Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A nossa carteira nos PALOP centra-se no setor da energia, abrangendo fontes tradicionais e renováveis, bem como projetos nos setores das infraestruturas/PPP. Qualquer governo africano de língua portuguesa pode solicitar a assistência da ALSF através da apresentação de uma carta de pedido.

PORQUÊ?

A ALSF procura cumprir a sua missão através do reforço da capacidade jurídica para o desenvolvimento sustentável em África. Prevemos que uma maior sensibilização para os serviços prestados pela ALSF e para as suas intervenções de elevado impacto levará a mais pedidos de assistência por parte dos países africanos de língua portuguesa, promovendo ainda mais a nossa visão de uma maior capacidade jurídica para o desenvolvimento sustentável de África na região.

A Série de Seminários de Energia e Clima da CPLP está de regresso!

PRÓXIMO EVENTO!



20 DE OUTUBRO

MAPUTO, MOÇAMBIQUE

5º SEMINÁRIO

PLANEAMENTO ENERGÉTICO E FINANCIAMENTO

ROTEIRO DE COOPERAÇÃO 2030
EM ENERGIA E CLIMA NA CPLP

POLÍTICAS E PLANEAMENTO ENERGÉTICO

RESILIÊNCIA CLIMÁTICA
E ADAPTAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO

PLANEAMENTO PARA A MOBILIZAÇÃO
DE FINANCIAMENTO

SEMANA ENERGIA E CLIMA NA CPLP

20 DE OUTUBRO

5º Seminário de Energia e Clima da CPLP

21 DE OUTUBRO

Colóquio de Energia da CPLP – Caminhos Regulatórios para a Transição Energética
Workshop Técnico de preparação para a COP30, à porta fechada, com representantes dos Governos da CPLP

22 DE OUTUBRO

XV Conferência Anual da RELOP 2025 – Regular para a Sustentabilidade Energética dos Países de Língua Portuguesa
Reunião dos Pontos Focais de Energia da CPLP

23 DE OUTUBRO

Evento sobre Clima organizado pela AMER, **Formações Técnicas** em Planeamento Energético

24 DE OUTUBRO

Formações Técnicas em Planeamento Energético

SAIBA MAIS [AQUI!!](#)

Gostaria de fazer parte do seminário?
Junte-se a nós e amplie a sua visibilidade!

SEJA ORADOR

SEJA MODERADOR

ASSISTA AO EVENTO

Descubra as vantagens de **Patrocinador** e ajude-nos a promover a **transição energética** nos países de língua portuguesa.

Mais informações:
www.aler-energia.org

